



REVISTA ESPERANÇA GARCIA

ISBN: 978-65-00-82363-9.

revista.esperanca.garcia@pcs.uespi.br

Estética Negra: discussões envolvendo discriminações, exclusões e estratégias de enfrentamento ao racismo.

BLACK AESTHETICS: DISCUSSIONS INVOLVING DISCRIMINATION, EXCLUSION AND STRATEGIES FOR CONFRONTING RACISM.

Luiza de Marilac Silva Leão¹

Nadja Carolina de Sousa Pinheiro²

RESUMO

O presente estudo integra a agenda de pesquisas do Grupo Psicologia e Desenvolvimento Humano – GP/PSIDIHN em uma proposta multietapas. Assim, o estudo surgiu a partir do cruzamento das vivências de uma das pesquisadoras, enquanto trançista, com mulheres negras que passaram pela transição capilar utilizando penteados afros. No processo de entrelaçamento dos cabelos foram observados constantes relatos da infância ligados aos cabelos e sofrimento em experiências de discriminação racial pelos traços fenotípicos. Ao mesmo tempo, as referidas mulheres negras empregavam à transição capilar experiências relacionadas ao retorno da identidade em contato com os fios naturais, atribuindo significados subjetivos à transição capilar e ao uso de penteados afros como forma de cuidar dos cabelos nesse processo. A partir desta realidade, delineou-se uma pesquisa na qual o objetivo foi estudar Sentidos e Significados do processo de transição capilar para mulheres negras. Porém, ao iniciar as primeiras investigações na Literatura da área, observou-se que nesse contexto a literatura da ciência psicológica apontou não se atentar para a relevância do tema, dados os poucos estudos ligados à estética e às discussões envolvendo discriminações e exclusões, bem como estratégias de enfrentamento ao racismo. A partir dessa constatação, delineou-se uma proposta multietapas a qual o presente estudo seguiu enquanto Estudo 1, e o Projeto de aprofundamento de conhecimentos sobre Estética Negra e seus sentidos e significados enquanto Estudo 2. O Estudo 1 projetou-se em uma Abordagem Qualitativa, de cunho Descritivo Exploratório, do Tipo Pesquisa Integrativa de Literatura. O estudo 2 tem a proposta de abordagem qualitativa do tipo descritivo exploratória, na modalidade Estudo de Caso. O presente trabalho tem como objetivo geral investigar a Literatura da área sobre Estética Negra com ênfase no processo de transição capilar, de modo a compreender o papel da Estética Negra nas discussões envolvendo discriminações e exclusões, bem como estratégias de enfrentamento ao racismo. Ainda, possui como objetivos específicos: identificar e descrever as raízes históricas do movimento negro, caracterizar e descrever a presença da Estética Negra enquanto fenômeno pertencente a essa história e aprofundar as discussões envolvendo discriminações e exclusões com ênfase no reconhecimento da Estética Negra enquanto uma das estratégias de enfrentamento ao racismo. Os resultados obtidos demonstram que há um profundo entrelaçamento entre

¹ Bacharel e Licenciada em Psicologia, Universidade Estadual do Piauí (UESPI), luizaleaopsicologia@gmail.com.

² Doutorado em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), nadjacarolina@ccs.uespi.br

Movimento Negro, Estética Negra, e estratégias de combate ao racismo. As raízes históricas do movimento negro estão diretamente associadas às discussões envolvendo discriminações e exclusões ao reconhecer que a Estética Negra vulnerabiliza historicamente o negro a sofrer situações de racismo e tem levado por séculos negros e negras a procurarem processos de branqueamento. Por fim, percebeu-se a necessidade histórica de conhecer os sentidos e significados das vivências da população, cujos estudos apontam como mais vulnerável nesse processo: as mulheres negras.

Palavras-chave: Estética Negra, Mulheres Negras, Discriminação, Enfrentamento ao Racismo.

ABSTRACT

This study is part of the research agenda of the Psychology and Human Development Group (GP/PSIDIHN) in a multi-stage proposal. It started from the intersection of the experiences of one of the researchers as a braider, black women who have gone through the hair transition using afro hairstyles. In the process of interweaving the hair, there were constant accounts of childhood linked to hair and suffering from experiences of racial discrimination due to phenotypical traits. At the same time, they used hair transition experiences related to the return of identity in contact with natural hair, attributing subjective meanings to hair transition and the use of afro hairstyles as a way of looking after their hair in this process. Based on this reality, a research project was set up in which the aim was to study the Senses and Meanings of the hair transition process for black women. However, when the first investigations into the literature in the area began, it was observed that in this context the psychological science literature did not pay attention to the relevance of the topic, given the few studies linked to aesthetics and the discussions involving discrimination and exclusion, as well as strategies for confronting racism. Based on this finding, a multi-stage proposal was outlined in which the present study followed as Study 1 and the Project to deepen knowledge about Black Aesthetics and its senses and meanings as Study 2. Study 1 was based on a Qualitative, Descriptive Exploratory Approach, of the Integrative Literature Research type. The general objective was to investigate the literature in the field of Black Aesthetics, with an emphasis on the hair transition process, in order to understand the role of Black Aesthetics in discussions involving discrimination and exclusion, as well as strategies for confronting racism. It also has the following specific objectives: to identify and describe the historical roots of the black movement, to characterize and describe the presence of Black Aesthetics as a phenomenon belonging to this history and to deepen discussions involving discrimination and exclusion with an emphasis on recognizing Black Aesthetics as one of the strategies for confronting racism. The results obtained show that there is a deep intertwining between the Black Movement, Black Aesthetics and strategies to combat racism. The historical roots of the black movement are directly associated with discussions involving discrimination and exclusion, recognizing that the Black Aesthetic has historically made black people vulnerable to racism and has led black men and women to seek whitening processes for centuries. Finally, we realized the historical need to know the meanings and significance of the experiences of the population whose studies point to as being most vulnerable in this process: black women.

Keywords: Black Aesthetics, Black Women, Discrimination, Confronting Racism.



1. INTRODUÇÃO

O interesse em estudar sobre estética negra e transição capilar emergiu do cruzamento de vivências da pesquisadora, enquanto transcista, com mulheres negras que passaram pela transição capilar utilizando penteados afros. Nesse sentido, nos estudos iniciais compreendeu-se que a concepção de identidade antagônica construída no Brasil a partir do século XIX e do início do XX, no qual o branco era o ideal de beleza e o negro a representação da feiura, causou profundas implicações em como pessoas negras constroem sua autoimagem, seu grupo racial e sua percepção positiva sobre si mesmo. Essa ideologia, conhecida como ideologia do branqueamento, se expressa fortemente no campo estético (Domingues, 2007).

Os estudos mais expressivos encontrados sobre esses fenômenos foram de áreas como Sociologia, História e Antropologia, que trazem alguns estudos sobre a possível desvalorização da estética negra, em contraposição à valorização da estética branca. Outro destaque que se fez presente, também, foi o fenômeno da identidade negra, entendida por Nilma Lino Gomes (2005, p.171) “como uma construção social, histórica, cultural e plural, a qual implica na construção do olhar de um grupo étnico/racial, ou de sujeitos que pertencem a esse mesmo grupo, sobre si, a partir da relação com o outro”. Nesse sentido, é possível apontar que na literatura da ciência psicológica ainda não é dada relevância a esses temas, tendo em vista os poucos estudos ligados à estética como via de discriminações e exclusões.

Para a mulher negra há ainda um paradigma complexo relacionado a sua identidade. “Tornar-se “uma mulher negra” reflete em incumbir-se de seu papel de protagonista na luta contra o machismo e contra o racismo e, além disso, construir uma resistência ao apelo pelo embranquecimento que se espera do negro brasileiro, à subserviência que se espera no mundo feminino” (Souzara , 1983, p. 17). Ou seja, sua vivência é marcada pelo preconceito, pela exploração e pela exclusão social, que só é “compensada” pela aproximação do ideal de feminilidade e beleza ocidental: a estética branca. Assim, alternativas de alisamentos dos cabelos crespos por meio de “Pente quente”, de produtos que prometiam clarear a pele e de



procedimentos à base de alisamentos químicos foram as principais alternativas estéticas impostas historicamente às mulheres negras.

Embora fosse ainda um movimento tímido, o rompimento das práticas de alisamento dos cabelos esteve presente em vários momentos da história da mulher negra com seu cabelo, mas foi a partir do século XXI que ganhou mais força e notoriedade. Essa fase foi influenciada principalmente pelos movimentos políticos de mobilização para diminuição das desigualdades raciais no território brasileiro. Como produtos desse movimento, destacam-se o surgimento e o fortalecimento de diversas políticas de ascensão social para pessoas negras, como cotas nas universidades públicas, estudos da cultura afro-brasileira e africana nas escolas, além de maior participação nas representações e decisões políticas, conquanto ainda insatisfatórios diante do impacto do racismo ao longo da história do Brasil e na construção da identidade de pessoas negras.

Nesse contexto, percebe-se a importância da inserção da Psicologia enquanto área de estudo de sentidos e significados, dentro do panorama histórico-cultural do Brasil, contribuindo nas temáticas das relações raciais e na promoção de conhecimento científico sobre constituição da identidade de pessoas não-brancas. A valorização da estética negra nos últimos anos, como o movimento *Black Power*, a utilização de adornos, os cabelos trançados, a maior representatividade da beleza negra e o retorno às raízes crespas e cacheadas através da transição capilar se configuram um campo vasto e necessário de estudos e produção científica.

Mas a partir de qual referencial estudar sentidos e significados? Para as finalidades deste estudo optou-se pela conceituação vygotskyana. O conceito de significado e sentido aparecem na obra de Vygotsky nos momentos em que ele discute as relações entre o pensamento e a linguagem. O autor considera que essa relação é a chave para a compreensão da consciência humana, cuja atividade não é apenas cognitiva e intelectual, pois apresenta também uma dimensão afetiva. Ao fazer isso, Vygotsky coloca em relevo a dialética da constituição da consciência, a integração entre cognição e afeto e o caráter social e histórico da formação do indivíduo.

Conforme Aguiar (2007) rememora, para Vygotsky, o significado é uma construção social, quase estável. O sentido, por sua vez, é formado a partir do confronto entre os significados sociais vigentes e a experiência pessoal. O sentido é mais complexo que o significado, sendo



que este pode ser considerado apenas como uma zona do sentido, mais estável e precisa, aquilo compartilhado em diferentes contextos sociais. Para o presente estudo, o conceito de significado está associado às definições culturais e ao sentido das definições pessoais. Significado é o que a sociedade estabelece como o padrão, já sentido é o que uma pessoa elabora sobre a sua vivência do significado, isto é, o que é elaborado pelo sujeito a partir do significado estabelecido pela sociedade em que se encontra, ou pelas sociedades.

Dessa forma, ao analisar o processo de transição capilar a partir dos significados identificados por mulheres negras, como presentes em seus grupos sociais, e os sentidos construídos por elas a partir de suas vivências nesses grupos, reconhecemos a importância do cabelo e do corpo como representantes simbólicos da identidade negra no Brasil (Gomes, 2002a). Com isso, reconhece-se a transição capilar enquanto processo subjetivo de descolonização da estética branca e de autorreconhecimento e valorização da estética negra: tanto pela utilização de penteados afro esteticamente em acordo com sua preferência quanto por um movimento de autoafirmação associado a se reconhecer negra.

Porém, onde encontrar esses estudos? Como investigar esses fenômenos? A partir de quais direcionamentos compreender esses sentidos e significados? Esses foram os questionamentos que nortearam a produção deste trabalho.

2. MÉTODO

O presente trabalho tratou-se de uma pesquisa do tipo revisão integrativa de literatura, de abordagem qualitativa do tipo descritivo exploratório. A revisão integrativa tem sido apontada como uma ferramenta ímpar no campo da saúde, pois sintetiza as pesquisas disponíveis sobre determinada temática e direciona a prática fundamentando-se em conhecimento científico.

O objetivo geral foi investigar a Literatura da Área sobre Estética Negra com ênfase no processo de transição capilar de modo a compreender o papel da Estética Negra nas discussões envolvendo discriminações e exclusões, bem como estratégias de enfrentamento ao racismo. Os objetivos específicos foram: identificar e descrever as raízes históricas do movimento negro, caracterizar e descrever a presença da Estética Negra enquanto fenômeno



pertencente a essa história e aprofundar as discussões envolvendo discriminações e exclusões, com ênfase no reconhecimento da Estética Negra enquanto uma das estratégias de enfrentamento ao racismo.

Reuniram-se publicações entre os anos de 2000 e 2023, bases de dados: Portal Capes de Periódicos; Portal Capes de Teses e Dissertações; Scielo; Lilacs; Publicações disponíveis no Currículo Lattes de Pesquisadores referência na área. Para tal, foram utilizados como descritores: Transição capilar; mulher; negros; cabelo; racismo; autoestima; identidade; relações étnico-raciais.

Como critérios de inclusão, procurou-se por publicações que atendessem aos objetivos e ao método do estudo, assim como publicações em Português. Foram excluídas publicações repetidas, publicações cuja avaliação indicavam não pertencer aos objetivos do estudo e publicações sem resumo.

Elaborou-se previamente um Protocolo de Análise considerando os objetivos do estudo. Os dados foram analisados de forma descritiva, de modo a categorizar os dados das publicações em acordo com os objetivos e, a partir deles, considerando o dado encontrado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 A influência da cor da pele nas representações sociais sobre negritude e na estética

No Brasil há diversos grupos étnicos por conta do processo histórico de colonização e migração de diferentes povos. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2022), 56% da população brasileira é negra, porém com pouca representação em comparação à população branca nos diversos espaços e setores sociais. Esse paradoxo denuncia uma relação de poder da raça branca sobre a raça negra, em que a cor da pele e as características externas no Brasil definem então a posição social, econômica e política do sujeito. Além disso, no campo estético essa supremacia é percebida quando se expressa o ideal de beleza e feiura na relação desses dois grupos. Segundo Guimarães (1999), um



consenso foi formado com estudos da antropologia e sociologia da década de 1950 e 1960 de que no Brasil a aparência física e não a origem determinaria a cor de alguém. Dessa forma, o Racismo de Marca define quem terá mais chances de ser alvo da ação racista no Brasil, pois quanto mais próximo do padrão estético negro - pele negra e traços negróides - mais vulnerabiliza-se socialmente o sujeito e impõe-se a ele a condição de imperfeito, sujo e feio.

A autointitulada “raça branca” se impôs nos cinco continentes e forçou os colonizados do mundo (americanos, africanos, asiáticos, povos do Oriente Médio, da Ásia Menor e oceânicos) a aceitarem-na como padrão de referência. E não somente a teoria racista moderna, formulada nos países ocidentais, como também a pedagogia para transformar o corpo branco ocidental em objeto de desejo universal e incontestado de referência foi produzida e imposta nas colônias dos impérios europeus (Carvalho, 2008).

Nesse sentido, o estudo sobre a influência da cor da pele nas representações sociais sobre negritude e sua estética se faz necessário para compreender como o fenômeno do racismo brasileiro constrói uma realidade negativa do negro e como esta se mantém na atual conjuntura. O conceito de representações sociais abarca os significados adotados pela sociedade acerca dos fenômenos e os sentidos subjetivos construídos a partir da vivência pessoal desses significados. Portanto, as pesquisas sobre representação social trazem informações sobre os significados sociais e os sentidos subjetivos construídos pelas populações nos diversos contextos. Podemos perceber inclusive que esses sentidos podem ser construídos de forma pessoal e coletiva.

Assim, é preciso se debruçar sobre como essa cultura é representada e quais os impactos dessa representação sobre os processos de identidade na pessoa negra. Nesta direção, a maneira de um grupo se entender e se organizar formando uma identidade, cujas características próprias os diferenciam dos demais grupos sociais, se fundamenta na relação histórica com a forma como esses indivíduos atuais compreendem a própria representação enquanto sujeitos. Esse processo de construção de identidade na população negra é um processo marcado por muita dificuldade para o negro, pois as formas de representação do negro da sociedade brasileira, desde a colonização, foram feitas pelo olhar do branco civilizador e com uma carga pejorativa. Já as histórias dos descendentes de europeus, são contadas na cultura brasileira como símbolos de heróis do país, com destaque nas representações dos livros, nos programas de televisão e nas mídias sociais. Entretanto,



quando se busca a representação da influência da história do povo negro na construção do país, o mesmo não acontece. Há uma tendência de representar o negro como escravo, no lugar de subalternidade, subserviência, um povo sem cultura. Até 2003, ano em que foi sancionada a lei 10.639/2003, a qual alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da presença da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” (Brasil, 2003), era comum que na escola os primeiros contatos sobre a história da formação do povo negro brasileiro fossem apresentados em menor proporção e em livros didáticos com imagens, que inclusive remetem às primeiras representações feitas por artistas plásticos brancos europeus, em que colocam o negro representado com características fenotípicas próximas à animalização, as quais sugerem características feias, sujas e estereotipadas.

A escola surge como a instituição social onde as primeiras experiências sociais são experimentadas pelas crianças, assumindo bastante responsabilidade sobre como os indivíduos têm os primeiros contatos e compreendem os grupos étnicos que fazem parte da cultura brasileira. A criança, pois, passa pelo processo de olhar e se comparar com o grupo que está sendo apresentado, e o que se percebe desde cedo é que para crianças negras esse é um processo muitas vezes difícil, haja vista que no contato com as representações da sua estética nos livros, filmes, músicas, as representações de pessoas negras denotam, na maioria das vezes, inferioridade em relação a um grupo privilegiado, o branco. Sua cultura é esquecida ou folclorizada, resumida ao carnaval e ao futebol. Por isso, a falta de representatividade na infância da criança negra sobre seus iguais afeta o senso de pertencimento e identificação com seus pares.

Nessa fase acontecem os primeiros conflitos com relação a sua estética, que pode ter como produtos para a criança negra seja procurar outra identidade para si ou rejeitar os símbolos estéticos que lhes são apresentados, desvinculando-se dessa imagem e bloqueando a sua aceitação enquanto sujeito negro, na medida em que se identificar como um negro na sociedade na qual a cor da pele estabelece posição social, tratamentos diferenciados, acesso a tudo que a sociedade pode oferecer, é assumir situações nas quais o indivíduo estará em desvantagem. Assim é que o pertencimento a um grupo simbolicamente privilegiado traz mais vantagens do que pertencer a um grupo que é historicamente estigmatizado de forma negativa (Barbosa, 2007). Ao mesmo tempo, para alguns desses cenários pode ser o combustível para criar identificação e maior vinculação com a sua cultura, ancestralidade e



identidade negra. Conforme Munanga (2009), o processo de construção da identidade nasce a partir da tomada de consciência das diferenças entre “nós” e “outros”, pode ser uma experiência vivida com muitos atravessamentos, sendo possível que o grau dessa consciência não seja idêntico entre todos os negros, considerando que todos vivem em contextos socioculturais diferenciados.

As representações sociais do negro brasileiro, portanto, se formam pelo viés do racismo com a cor da pele e os traços fenotípicos, condições as quais definem as vantagens e desvantagens que o sujeito têm dentro da sociedade brasileira. Com isso, a população negra segue no impasse em estabelecer representações da sua própria cultura, a não aceitação do sujeito acerca de sua identidade traz a ele uma contradição consigo mesmo, assim como a dificuldade de lutar contra a discriminação. O(a) negro(a), então, deve sim buscar assumir sua identidade negra, uma vez que, segundo Valente:

[...] assumindo uma identidade própria, o negro é então capaz de combater e se livrar da identidade negativa imposta pelo branco. Ao ser considerado e reconhecer-se negro, tem a possibilidade de lutar por um tratamento igual, mantidas as diferenças (1994, p.46).

A falta de valorização de elementos da africanidade na atualidade denuncia a negação do protagonismo das culturas indígenas e africanas na formação da sociedade brasileira em seus vários campos estéticos. Na música, os estilos de origem afrodescendentes - reggae, samba, axé, hip-hop, funk - até são sons que são amplamente consumidos, entretanto a representação desses estilos e a sua divulgação muitas vezes são desvinculadas de significados ancestrais, substituídos por aquilo que é mais vendido, assim, as pessoas até consomem esses produtos, mas não há a preocupação acerca das questões étnico-raciais.

A capoeira, arte marcial brasileira, já foi uma prática proibida e que previa uma série de punições físicas aos escravizados que a realizavam, o que perdurou até o período da abolição. Além disso, ela também já foi considerada crime previsto no código penal até 1932 e somente no governo de Getúlio Vargas foi liberada, pois segundo Almir das Areias (1983) Vargas buscava atrair a simpatia do povo brasileiro. Em 1936, oficialmente, Getúlio Vargas extinguiu



o decreto que proibia a prática da capoeira, descriminalizando-a, classificando-a como instrumento de Educação Física. Apesar disso, só faz pouco tempo que foi reconhecida como patrimônio imaterial da humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, em 2014, e que a Roda de Capoeira foi registrada como bem cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN - no ano de 2008. Isso denota como essa valorização dos elementos afro-brasileiros se constrói tardiamente.

Além desses exemplos, a cultura negra também apresenta contribuições em outros setores estéticos, como na moda, com roupas que estampam as cores da cultura afro-brasileira, ou a versatilidade dos seus inúmeros estilos de cabelos trançados e penteados afros. No entanto, o que se contempla é a rejeição dessas heranças culturais e a discriminação sofrida pelas pessoas que utilizam desses símbolos, o que esvazia significados ancestrais e desvincula de sua verdadeira relação histórica com a sociedade brasileira.

3.2 A condição de mulher e mulher negra

Uma vez que a literatura aponta que a Representação Social da Negritude e a estética negra construída ao longo da história pelos padrões do branqueamento vulnerabilizam a pessoa negra, surge então a importância de analisar a condição da mulher negra e diferenciar a sua vivência das mulheres não negras, tendo em vista que existe desigualdade em como a mulher negra é tratada em vários âmbitos da sua vida. Além da questão de gênero, sua negritude a impede de acessar condições melhores de vida no Brasil.

O modo como essas mulheres experimentam e expressam suas preferências estéticas, portanto, é atravessado pelo contexto em que são inseridas e forma os sentidos de sua identidade. Dessa forma, percebe-se que é por um posicionamento de si e do outro que as pessoas conferem sentido a si mesmas, que se interpretam como bonitas ou feias, como alegres ou tristes, como boas ou más. Esse posicionamento permite com que se organize narrativamente, em cada lugar e tempo, os sentidos de si e de identidade (Moutinho et al., 2013).

Ademais, apesar de o processo de transição capilar e de mudanças estéticas não ser exclusivo de mulheres negras, na história de construção do que é ser negro no Brasil e na condição de



mulher, a sua posição social lhe concerne uma dificuldade duplicada e formas bem particulares de serem tratadas no cotidiano, bem como lidarem com vários processos pessoais vividos. Isso manifesta as diferenças nos sentidos vivenciados por mulheres negras e não negras sobre um mesmo processo, pois mulheres de cor vivem frente a um paradigma complexo relacionado a sua identidade: lutar contra um sistema injusto para mulheres e contra o racismo que as vulnerabiliza. De acordo com bell hooks (2015), antes da existência do feminismo negro, as mulheres brancas eram quem dominava o feminismo sem se preocupar com as experiências do coletivo de mulheres e, ainda, sem o cuidado de analisar se a sua perspectiva manifestava preconceito de raça ou classe. Isso evidencia como, ainda que mulheres, a vivência de mulheres negras relacionada à cor de pele, as diferenciam das demais. Essa condição, portanto, as projeta na base da pirâmide social.

Historicamente, mulheres negras sempre foram percebidas com posições prescritas na sociedade brasileira, como sujeitos ligados ao trabalho doméstico, tendo seus corpos sexualizados, sujeitos a maior exposição de várias violências e com sua humanidade negada. Por outro lado, mulheres brancas recebem o papel de submissão, cuidado dos filhos, tendo sua sexualidade reprimida, tratada como frágil e pura. Desse modo, esses papéis de gênero e raça construídos socialmente no passado têm grande reflexo na conjuntura atual brasileira, pois segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua-Pnad Contínua, do IBGE, no Brasil, o trabalho doméstico em 2021 tem a ocupação de 5,8 milhões de pessoas, sendo 92% mulheres e 65% mulheres negras. Trata-se da categoria que mais emprega mulheres no país, principalmente mulheres negras com baixa escolaridade e oriundas de famílias de baixa renda. Notadamente, o racismo histórico cria um abismo entre as vivências dessas mulheres e as divide pelo seu pertencimento étnico e sua cor da pele, além disso, a maneira como se construiu a representação da mulher negra no imaginário social sendo retratada nas mídias televisivas, nos meios de comunicação e nas instituições sociais contribuem para a propagação da imagem da mulher negra de forma negativa. A falta de representatividades positivas coloca a mulher no lugar de objeto sexual, sendo retratada como desarrumada, distante do ideal de belo, na incumbência de servir sempre. Paralelo a isso, nas pautas de lutas feministas, apesar de terem sido importantes para maior participação social das mulheres no mundo, pouco se vê uma preocupação de problematizar e visibilizar questões sobre a representação social e estética das mulheres negras, como



também cobrar para estarem em lugares de protagonismo, tendo reconhecimentos, e vinculadas a atributos considerados positivos socialmente.

Nesse sentido, isso interfere profundamente na aceitação de sua condição de mulher e negra, pois a representação de mulheres de sucesso enquanto brancas é usada pelos veículos de comunicação para vender ao público feminino um ideal de beleza e perfeição física, emocional, social, psicológica. Essa “lógica branca” é que comanda também as ofertas de mercado. Logo, há poucas informações sobre os consumidores negros brasileiros e o seu comportamento, reflexo da pouca atenção destinada a eles por parte das pesquisas de marketing e das empresas (Rocha & Casotti, 2017). Justificando essa realidade, faz pouco tempo que a indústria mercadológica percebeu um potencial poder de compra e consumo no público negro, e marcas criaram produtos para pele negra, como maquiagens, produtos de cuidados com a pele, produtos para cabelos cacheados e crespos e específicos às suas necessidades. Apesar de mulheres negras sempre estarem presentes na construção da nação brasileira, apenas poucas décadas depois compreenderam-se suas necessidades e elas foram percebidas, mas não como uma mulher branca. Isso denuncia a invisibilidade ao longo da história e como existe uma forte influência em valorizar apenas um tipo de estética, a feminilidade branca. Assim, surge a necessidade de se pesquisar e lutar pelos interesses de mulheres negras no Brasil, pois os lugares que historicamente foram endereçados às mulheres negras no Brasil se diferem consideravelmente das mulheres brancas e isso continua impactando a existência desse grupo social.

3.3 Movimento Negro e lutas pela valorização da estética negra.

Após quase quatrocentos anos de período de escravização, a população negra foi marcada por uma construção de imagem animalizada e coisificada que desumanizou o negro. As políticas alicerçadas no racismo científico, na eugenia, nas campanhas de branqueamento e no incentivo à imigração europeia se fizeram as principais estratégias de manutenção da superioridade racial branca mesmo após a abolição da escravatura, tendo contribuído como herança que legitima e reproduz o racismo atuante no cenário brasileiro, sobretudo porque negros foram excluídos do processo produtivo, das políticas de educação, saúde, segurança,



moradia, entre outras. Nesse contexto, os libertos ex-escravizados e seus descendentes instituíram os movimentos políticos e sociais de mobilização frente às questões raciais negras, criando clubes, grêmios e associações em alguns estados. Entre essas associações também havia agrupamentos formados estritamente por mulheres negras, como a Sociedade Brinco das Princesas (1925), em São Paulo, e a Sociedade de Socorros Mútuos Princesa do Sul (1908), em Pelotas.

Essa etapa, que compreende a primeira fase do movimento negro (1889-1937), era desprovida de caráter explicitamente político, com um programa definido e projeto ideológico mais amplo, porquanto as associações tinham cunho assistencial e cultural. Este íterim foi marcado pela fundação da Frente Negra Brasileira, que protestava contra a discriminação racial que começava a ser mascarada no Brasil. Ainda, lutava contra a segregação em cinemas, teatros, barbearias, restaurantes, enfim, todo o elenco de espaços brasileiros em que o negro não entrava constituía o alvo prioritário da Frente. Outro marco importante foi a criação de jornais publicados por negros, como a *Imprensa Negra*, que enfocavam as mais diversas mazelas que afetavam a população negra no âmbito do trabalho, da habitação, da educação e da saúde, tornando-se uma tribuna privilegiada para se pensar em soluções concretas para o problema do racismo na sociedade brasileira (Domingues, 2007). Com a instauração do “Estado Novo” (1937), essas e outras organizações políticas do movimento negro foram extintas.

Nos anos seguintes que compreendem a segunda fase do movimento negro (1945-1964), qualquer movimento contestatório sofreu repressão política, inviabilizando uma ação mais atuante dessa iniciativa, mas surgiu em 1944 O Teatro Experimental do negro, que tinha objetivo de ecoar a voz que denuncia as necessidades da população negra, através da sua atuação política para melhoria da classe negra brasileira. Apesar de durante o período da ditadura os movimentos sociais terem diminuído, as primeiras manifestações de luta pela valorização da estética negra surgiram nesse período no Brasil no eixo Rio-São Paulo, o que logo se espalhou para outros estados, muito influenciado pelo movimento *Black Power*, que iniciou nos Estados Unidos a partir dos anos 60. Isso foi um marco no movimento negro e culminou na formação do Movimento Negro Unificado.

Por conseguinte, o movimento de negros assumirem seus cabelos naturais se deu nessa fase, em que foi dada bastante ênfase à construção de uma identidade racial amparada pela

narrativa estética negra positiva, valorizando as texturas dos cabelos crespos, os adornos para enfeites e tranças, uma vez que o movimento entendia que o poder de emancipação também estava ligado à autoestima, contexto fundamental para a produção e a circulação da cultura de luta antirracista no campo da estética. O uso do termo “Movimento Negro”, então, se generalizou na década de 1970 para representar “coletivos de negros e negras que procuram valorizar a própria cultura, lutar contra o racismo e reivindicar melhores condições de vida” (Oliveira, 2012, p. 244). A partir disso, dos anos 1970 aos anos 2000 observou-se que as frentes da luta pela consciência negra e discriminação racial se fortaleceram, nascendo novos grupos e ONGs. Assim, propiciaram transformações no cenário brasileiro, em que se destaca a instituição do racismo como crime inafiançável na Constituição Brasileira. Esse período marcou o terceiro momento do movimento negro no Brasil.

As movimentações protagonizadas no movimento negro possibilitaram a politização negra, dessa forma, muitas outras frentes foram tomadas, criando muitas possibilidades de pautas de luta nos últimos anos. Nesse sentido, a quarta fase é compreendida dos anos 2000 até os dias atuais e possui muitas ênfases de estudo, sobre a estética do corpo negro. Nilma Lino Gomes (2017., p. 75) afirma que “a partir do ano de 2000 há uma politização da estética negra diferente daquela do final dos anos 70 e início dos 80 do século XX”. Seja no que concerne a consumo, mercado, mídia, presença do corpo negro em espaços acadêmicos, formação de núcleos e associações de pesquisadores negros ou presença de negros no governo federal, nos ministérios e secretarias especializadas, acaba por nascer uma nova leitura e uma nova visão do corpo negro.

As lutas de combate ao racismo e valorização da estética negra que se manifestaram no século XX prepararam o terreno para as novas movimentações políticas do movimento antirracista contemporâneo. Observa-se que cada fase possui as especificidades do seu próprio tempo, dessa maneira, nessa nova fase, é dado maior espaço às discussões e manifestações sobre os corpos e cabelos negros, trazendo foco para as necessidades e especificidades da população negra, como democratizar o acesso aos serviços e os cuidados para a diversidade capilar, como também mais espaço de questionamento sobre os padrões estéticos corporais no contexto brasileiro. Essas características do movimento negro atual possibilitam novas formas de expressão da beleza da população negra. Além disso, as discussões acerca da dimensão estética do movimento contribuem até hoje para as discussões sobre classificação racial, tendo sido altamente relevantes para políticas públicas



de ações afirmativas, ademais provocam a emancipação da cultura negra através de seus símbolos estéticos característicos.

Um aspecto fundamental para a democratização dessas pautas foram as novas tecnologias que caracterizam o século XXI, já que a internet se tornou um meio que possibilitou uma maior circulação de informações, assim maior identificação e compartilhamento de vivências dos mais diversos sujeitos negros. Com isso, o poder de conectar várias pessoas de todas as regiões do país possibilitou muitas articulações para a mobilização política da geração atual. Com o advento dos grupos no Facebook, dos canais no YouTube, dos blogs de conteúdo voltado para cuidados dos cabelos crespos e cacheados que também falavam sobre a transição capilar, gerou-se o fortalecimento da construção política nas redes sociais que influenciou o movimento de Transição Capilar e o enaltecimento dos cabelos naturais, tendo como marco histórico a primeira Marcha do Orgulho Crespo no Brasil, que ocorreu no dia 26 de julho do ano de 2015 no vão do Museu de Arte de São Paulo em comemoração ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e caribenha, entre outros encontros realizados em várias regiões do Brasil.

Essas articulações permitiram formas de resistência, ao mesmo tempo que deram recursos de reelaboração de estereótipos criados, adotando o incentivo do exercício contínuo de autonomia dos sujeitos, a partir da construção de discursos sobre si. Por conseguinte, o caminho dessa nova fase do movimento negro, com ênfase na dimensão estética, tem se mostrado dinâmico e em constante modificação, com adesão de debates em torno das temáticas de identidade, empoderamento e reposicionamento político.

3.4 Estética e estética negra

Segundo Duarte (1998, p. 8), “estética é a parcela da filosofia dedicada a buscar os sentidos e os significados para aquela dimensão da vida na qual o homem experimenta a beleza. Estética é a ‘ciência’ da beleza”. Nesse sentido, essa ciência busca entender a experiência estética e como os objetos estéticos afetam os indivíduos, sendo eles as obras de arte, a natureza e a vida. Em vários períodos históricos, as noções de beleza passaram por várias transformações, entretanto sua maior mudança diz respeito aos períodos modernos e pós-



modernos. Nos estudos contemporâneos, os filósofos retomam os problemas estéticos clássicos, como, por exemplo, o que é o belo, o que é a beleza e teorias da arte, mas também agregam à sua análise outros conhecimentos, como a linguagem, a antropologia, a história, a economia, a psicologia, etc. Prontamente, a beleza é uma construção social, ou seja, é concebida na relação das pessoas com o mundo, no espaço e no tempo, mediada pela diversidade cultural na qual os indivíduos estão inseridos.

Nos estudos de Gomes (2002b), a autora destaca que o corpo evidencia diferentes padrões estéticos e percepções de mundo. Pinturas corporais, penteados e maquiagem adquirem, dentro de grupos culturais específicos, sentidos distintos para quem os adota e significados diferenciados de uma cultura para outra, com isso, o estudo da estética sobre beleza no Brasil perpassa por muitas tensões, em que se considera o corpo ideal representativo da identidade brasileira o padrão o estético branco, mas tem como real o negro.

Essa contradição revela uma escala de valor étnico, de tal forma que quanto mais próximo das características do tipo branco, mais um indivíduo é valorizado; e quanto mais próximo das características que se aproximam do tipo negro, mais esses indivíduos são repelidos. Na arte, essa tensão estética se mostra nas artes plásticas sobre imagens das duas raças, demonstrando diferentes intenções na emoção estética sobre esses dois referenciais, assim, enquanto o branco sempre assumia a estética de controle, protagonismo e poder, o negro era pintado por artistas brancos com inferiorização corpórea, em posições de humilhação e acusando uma sujeição física, moral e da “alma”, forma a qual tem sido historicamente imputada ao corpo do negro e da negra em sociedade (Gomes, 2006).

Nesta zona de tensão, outra maneira de expressão do racismo é o tratamento dado aos cabelos de origem negra, haja vista que, quer seja a conscientização quer seja o encobrimento desse conflito, afeta-se a vida do negro que vive no corpo a estética considerada subalterna, por isso entende-se que as intervenções no cabelo e no corpo são mais que vaidade, mas identitárias para o negro (Gomes, 2006). No público pesquisado, mulheres negras são mais penalizadas por essa tensão, dado que aos corpos femininos foi atribuída a estética da magreza, dos cabelos longos e lisos, das peles claras, etc. (Matarazzo, 1998). Justificativa deste fato é que essas mulheres não performam o ideal de raça e nem de gênero atribuídos pela ditadura estética referida.

As reflexões acerca do acesso a condições melhores de vida por influência da cor da pele descortinam que o negro muitas vezes incorporou elementos da branquidade em sua cultura com intuito de ser aceito e reconhecido como uma parte importante pertencente à sociedade, a exemplo disso, o sincretismo religioso, as tentativas de clareamento da pele e os alisamentos dos cabelos. Mas com o passar do tempo isso não garantiu que ficassem livres do racismo, com isso os movimentos sociais negros, ao denunciarem essas violências, criam um chamado aos negros brasileiros, de reconhecimento e de valorização de sua própria cultura, ponto em que mostrar que há beleza na cultura negra e fortalecer indivíduos negros se tornam o foco na luta em defesa da estética negra. Nessa conjuntura, as transformações resgataram a importância dos elementos ancestrais - tranças longas, tranças nagôs, turbantes, cabelos cacheados e crespos, peles escuras, corpos voluptuosos, traços faciais negros, etc. - os quais representam a diversidade de beleza que formam a noção de negritude.

Conforme Munanga, tem-se que:

Esta recusa de integração, que se traduz na manutenção da desigualdade por parte do dominador branco, provoca a revolta do negro e, finalmente, a ruptura com o sistema escravocrata e colonial. O negro se dá conta de que a sua salvação não está na busca da assimilação do branco, mas sim na retomada de si, isto é, na sua afirmação cultural, moral, física e intelectual, na crença de que ele é sujeito de uma história e de uma civilização que lhe foram negadas e que precisava recuperar. A essa retomada, a essa afirmação dos valores da civilização do mundo negro deu-se o nome de "negritude" (1990, p.111).

Tendo em vista esse movimento de expansão, a negritude ganha força a partir do ato de manter os cabelos naturais, rompendo com a lógica do branqueamento, quando a estética negra tende a uma construção de estética afirmativa para essa população étnica. Com isso, além das conquistas individuais, relacionadas à subjetividade e ao processo de autoafirmação na vivência particular, as conquistas coletivas são produtos desses processos, ou seja, a relação das experiências vivenciadas pelo sujeito e como ele se apresenta para o grupo gera



novos sentidos e significados ao pertencimento étnico e modifica a inferiorização corpórea atribuída ao grupo por meio da afirmação.

Um dos exemplos claros sobre essa discussão é a dificuldade vivenciada pelas comissões de heteroidentificação das Instituições de Ensino Superior do país (Soares, Rocha & Miranda, 2021). A necessidade de se criar protocolos específicos para a identificação da condição de negritude, de modo a garantir que não houvesse fraudes e as vagas de cotas para Negros nas IES fossem realmente contempladas por negros, acendeu um debate importantíssimo sobre critérios fenotípicos de negritude. Problemas que envolviam desde uma auto declaração falsa, passando pela dificuldade de averiguação, de registro, de uso de fotografias ao invés de monitoramento direto, que levavam à perspectiva de fraude, até a defesa institucional de protocolos obscuros sobre candidatos e suas seleções levaram a discussões sobre a invisibilidade dos cotistas, reforçando o racismo acadêmico (Soares, Rocha & Miranda, 2021).

Esse movimento apontou barreiras quanto ao acolhimento real desses alunos e obstruiu o que os pesquisadores chamam de “compartilhamento de luta”, comprometendo o fortalecimento das políticas de Ações Afirmativas dentro das universidades. Isso porque a concretização dessas políticas obrigatoriamente deve partir do debate identitário. Como exemplo, no processo de consolidação dessa política, os critérios utilizados pelas Comissões de Cotas nas universidades foram identificados por parte de setores da sociedade como estopim para deflagração de conflitos raciais no país. Ora, no momento em que se faz necessário identificar fenotipicamente a negritude, com objetivo de tornar mais seguro e justo o acesso de negros a seus direitos a partir da condição de negros, questionam-se elementos estéticos que até então são utilizados como fatores de vulnerabilidade.

Pode-se agregar a essa discussão, no presente estudo, a descrição de indicadores que podem compor o fenótipo negro, e que conseqüentemente são fatores de vulnerabilidade para o racismo. Dentre esses indicadores, o cabelo, sua estrutura, sua tessitura, como ele é organizado, ou para os padrões da branquitude, desorganizado, desconstruído, em fuga de padrões, destaca-se no universo feminino por ser um dos componentes importantes na construção da autoimagem na mulher negra.

3.5 Alteração capilar: o fenótipo da mulher negra em transição

REVISTA ESPERANÇA GARCIA, v1, nº 1, Picos-PI, Maio de 2024.

revista.esperanca.garcia@pcs.uespi.br.
ISBN: 978-65-00-82363-9.



A transição capilar se caracteriza pelo processo de rompimento da prática de alisamentos químicos ou térmicos dos cabelos. Atualmente os métodos mais comuns desses alisamentos são realizados mediante produtos químicos, à base de guanidina, sódio, formol e chapinhas, alcançando assim o ideal branco imposto pela sociedade (Clemente, 2011). Na transição capilar o cabelo vai crescendo e apresentando duas texturas diferentes, a raiz natural e no comprimento o cabelo alisado. Esse processo acaba quando o último resquício de cabelo liso é cortado, às vezes cortado aos poucos ou pode ser feito o “*Big Chop*”, expressão em inglês que significa grande corte, no qual se retira todo o alisamento de uma vez.

A transição é uma experiência majoritariamente negra feminina, já que o cabelo crespo historicamente é considerado o cabelo “ruim”, enquanto o liso é o bom. Essa expressão do racismo na estética natural dos cabelos negros começa bem antes da vida adulta, em muitas mulheres isso se mostra nos primórdios da infância, desde muito cedo meninas negras escutam de suas famílias expressões negativas acerca da estética de seus cabelos, por exemplo, “cabelo de bombril”, “cabelo duro”, “ninho de passarinho” e “cabelo fedido”. Isso se reproduz em outros contextos, como na escola, na internet, entre outros. Esses sentidos dados aos cabelos, somados à discriminação da cor da pele e dos traços étnicos, atribuem às meninas negras visões não idealizadas de sua própria identidade, assim como impactos na sua autoimagem que está sendo construída.

Por esse motivo é que o desejo de ter o cabelo “bom” reforça a tentativa de terem a aceitação social imposta pelo padrão estético branco e essas pessoas, a partir disso, aderem aos procedimentos de alisamentos bem cedo visando que isso permita que o cabelo seja o mais natural possível e aceito como se fosse parte do próprio fenótipo. Ademais, o “lidar” com o cabelo negro é carregado de sentido de dar trabalho, o que é o oposto do cabelo liso que promete praticidade e beleza.

Outro fator é preocupante: a falta de representatividade nas brincadeiras, nas mídias televisivas, nos brinquedos e nas histórias endereçadas ao público infantil não proporciona às crianças negras o reconhecimento nessas atividades, nos espaços que ocupam e nos bens de serviço que consomem. A exemplo disso, observa-se a escassez de personagens negros(as), sobretudo, em papéis de protagonismo, como reis, rainhas, príncipes, princesas, heróis, fadas nas histórias e filmes a que crianças negras têm acesso. Isso fortalece a lógica

do branqueamento e desvaloriza os processos identitários desse grupo social. Portanto, a ausência de referenciais de negritude positivas e a sobrecarga de referenciais de branqueamento impactam os sentidos e significados que essa criança negra vai construindo acerca de si mesma no mundo. A título de exemplificação, indicam-se os sucessos de cantoras infantis nos anos 1980, 1990 e anos 2000, os quais demonstram a grande influência da mídia e da cultura no desenvolvimento dessas gerações, entretanto, atualmente recebem muitas críticas sobre a falta de representatividade de pessoas negras da época, como todas as dançarinas, as assistentes de palco e as apresentadoras serem mulheres brancas, louras, magras, em um ideal de branquitude já mencionado. Nessas circunstâncias, as experiências de racismo vividas por meninas negras nessa fase de desenvolvimento, que envolvem a estética do cabelo e dos corpos negros, ficam marcadas na memória e muitas vezes carregam traumas até a idade adulta. Mas antes mesmo dos alisamentos, pode-se perceber na literatura outro fenômeno de mudança estética comum que meninas negras experimentam na infância e na adolescência. Fundamentados nos estereótipos de cabelo desarrumado, difícil de lidar e indomável, penteados eram feitos, majoritariamente por mãe ou tias, na tentativa de torná-los mais alinhados e controlados possível, porém, esses procedimentos de manipulação dos cabelos crespos se configuravam verdadeiros rituais de tortura. Segundo Gomes (2002b, p.43), “as tranças são as primeiras técnicas utilizadas com o propósito de praticidade e alinhamento dos fios afro”, porém, nem sempre eram eleitas o penteado preferido na infância. Em face disso, movimentos contemporâneos sobre a valorização da estética negra em crianças, como o Encontro de Crianças Crespas, ocorrido em outubro de 2018 na ONG Raízes do Norte Goiano no estado de Goiás, vem com a proposta de promover reflexões étnico-raciais, assim como conscientizar a família sobre os alisamentos compulsórios em crianças, posicionando-as também como agentes ativos na luta antirracista, favorecendo que suas vozes sejam escutadas, oferecendo condições simbólicas e subjetivas na construção de sua identidade (Gomes, 2017; Gomes, 2008).

O uso de tranças é uma técnica corporal que acompanha a história do negro desde a África. Porém, os significados de tal técnica foram alterados no tempo e no espaço, fato descrito, por exemplo, quando:

Nas sociedades ocidentais contemporâneas, algumas famílias negras, ao arrumarem o cabelo das crianças, sobretudo das mulheres, fazem-no na

tentativa de romper com os estereótipos do negro descabelado e sujo. Outras o fazem simplesmente como uma prática cultural de cuidar do corpo.” (Gomes, 2002b, p. 44)

Partindo dessas reflexões, esse fato talvez seja um dos motivos pelos quais muitas mulheres negras adultas atribuem aos cabelos e penteados afros memórias muito dolorosas, adotando os alisamentos como via alternativa de cuidados capilares, a fim de se verem livres de puxões de pentes e otimizarem a praticidade.

Contudo, a mudança estética de alisamento também não garante o conforto na hora dos cuidados, tampouco a aceitação social, uma vez que esses tratamentos capilares podem trazer várias consequências médicas, como queda dos fios, queimaduras, alergias ao cheiro de produtos e desregulação do microbioma do couro cabeludo. A Agência de Vigilância Sanitária - ANVISA - (2020), responsável por promover a proteção da população através do controle sanitário e classificar os produtos de acordo com seu grau de riscos, classifica na RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC n.º 409, DE 27 DE JULHO DE 2020 que os produtos para alisamento possuem grau de risco II, ou seja, oferecem moderados riscos à saúde. Portanto, em busca de aceitação estética imposta, mulheres negras passam por sufocos para manter os fios sempre alinhados, ao passo que nesse processo também há a descaracterização de sua estética identitária, pois com a escolha pela estética alisada a mulher negra adulta deixa de expressar sua negritude e passa a valorizar sua feminilidade, mas com outra cor, a branca.

O movimento de alisamento dos cabelos afros no Brasil sofreu influência sobretudo dos Estados Unidos, onde as primeiras tentativas de alisamento de cabelos surgiram no século XX, por invenção de uma mulher negra estadunidense chamada Madame C. J. Walker. O método de alisamento utilizava o pente quente e uma pomada à base de óleo, junção de componentes que possibilitava dar forma aos cabelos. Nos EUA, essa estética de alisamento dos cabelos por mulheres negras, nos anos de 1970, se expandiu e isso ocorreu como no Brasil, dentro da lógica de que o cabelo liso seria padrão de beleza e que essas mulheres tivessem ascensão social.

No entanto, as técnicas de alisamento, que alimentavam a esperança de melhores condições de tratamentos das mulheres negras na sociedade, tanto nos EUA como no Brasil, não foram suficientes para impedir que essas mulheres sofressem racismo, demonstrando que apesar



de estarem esteticamente conforme o padrão de feminilidade branco, isso não consolidou uma valorização da sua imagem enquanto mulher negra, por outro lado, fortaleceu a ditadura da estética branca. Logo, os efervescentes movimentos negros “*Black Power*” e “*Black is Beautiful*”, espalharam-se pelo mundo, e criou-se o solo fértil para o processo de quebra de paradigma do modelo padrão imposto a população negra.

A partir dos anos 2000, percebeu-se o movimento de rompimento das práticas de alisamento tomando força nos Estados Unidos e se ampliou para vários lugares no mundo. Não demorou para chegar ao Brasil, difundido principalmente pelo desenvolvimento de tecnologias e mídias sociais, em que, aos poucos, através da internet, muitas mulheres negras se uniram e aderiram à transição capilar, que, além de ser um movimento de voltar às raízes, também incentiva o movimento de auto afirmação racial. À conta disso, o mercado cosmetológico enxergou potencial poder de consumo e muitas marcas de cosméticos para cabelos criaram linhas específicas de cuidados para cabelos naturais. O movimento de transição capilar, portanto, oferece maiores possibilidades para mulheres negras vivenciarem sua diversidade estética dentro de sua identidade.

Com a onda de crescimento dos cabelos naturais, outros mecanismos de mudanças estéticas, menos prejudiciais que os alisamentos, de cunho étnico, foram valorizados e aderidos, impulsionando e inovando o mercado de tranças, com penteados afros, laces e apliques de cabelos sintéticos. Isso demonstra que outros elementos estéticos negros estão sendo valorizados e incorporados nas escolhas estéticas de mulheres negras brasileiras. Após adultas, muitas mulheres negras reconciliam-se com as tranças (Gomes, 2002b).

Nessa perspectiva, o que se percebe é que cada vez mais tranças e apliques de cabelos sintéticos têm sido buscadas por mulheres negras em transição capilar, o que pode denunciar um movimento de praticidade e cuidado com a autoimagem, uma vez que a vivência da transição capilar exige que essas mulheres convivam com duas texturas diferentes, o que se configura para algumas mulheres um verdadeiro desafio de aceitação, assim como também pode revelar a ressignificação e valorização de símbolos de sua cultura, no processo de construção de sentidos de sua identidade enquanto mulher negra. Por fim, a transição capilar marca a ruptura de estereótipos do cabelo negro e assume o surgimento de novos sentidos e significados sobre a relação da mulher negra com seu cabelo, assim como reconfigura a concepção de beleza aprendida na sua história. Com o corte do cabelo alisado e a finalização

da transição, então, esse momento pode simbolizar mudanças nessa relação com seu cabelo e sua estética negra.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desse panorama, é possível afirmar que a Estética Negra é um fenômeno cultural com sentidos e significados para quem a adota, em que, especialmente para a população negra esses sentidos e significados são perpassados por muitas tensões na experiência estética, pois o ideal sobre beleza no Brasil é o padrão branco, colocando a realidade do negro como subalterna. Nesse sentido, toda a construção social em torno dos símbolos desse grupo social sofreu processos de apagamento e desvalorização, fato que por muito tempo alimentou o preconceito e estereótipos contra o cabelo negro e conseqüentemente afetou negativamente a relação de pessoas negras com esse importante referencial identitário, em especial as mulheres negras.

Com as lutas do movimento negro contra o racismo, percebe-se que as estratégias de enfrentamento dessa realidade tiveram muitas frentes. A pauta da valorização dos símbolos estéticos e resistência aos padrões estéticos brancos impostos, se fez essencial para a ressignificação dessa experiência, pois proporcionou retorno às raízes da identidade de mulheres negras brasileiras ao assumirem seus cabelos naturais, com isso, fomentar estudos desses fenômenos subjetivos se faz importante ferramenta de fortalecimento na luta contemporânea contra o racismo, pois pesquisar cientificamente sobre essas experiências colabora com a construção de debates em torno das temáticas de identidade, empoderamento e reposicionamento político. Além disso, colabora para ecoar as vozes e dar visibilidade às pessoas negras para contarem suas próprias histórias e construir seus sentidos e significados a partir da afirmação cultural. Pois segundo Gomes (2003) “em torno do corpo e do cabelo do negro existe uma vasta história; por isso, surge a necessidade da investigação psicológica a cerca desses processos”.

REFERÊNCIAS

REVISTA ESPERANÇA GARCIA, v1, nº 1, Picos-PI, Maio de 2024.

revista.esperanca.garcia@pcs.uespi.br.
ISBN: 978-65-00-82363-9.



AGUIAR, W. M. J. **Consciência e Atividade: categorias fundamentais da psicologia sócio-histórica**. In A. M. B. Bock, M. G. M. Gonçalves & O. Furtado, *Psicologia sóciohistórica: uma perspectiva crítica em psicologia* (pp. 95-112). São Paulo: Cortez, 2007.

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução da diretoria colegiada- RDC Nº 409, DE 27 DE JULHO DE 2020**. Disponível em: https://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/3317277/RDC_409_2020_COMP.pdf/9f8b3181-ca5a-48bb-b483-4dbe8313f41b. Acesso em: 04/12/23.

AREIAS, Almir das. **O que é capoeira**. Brasília: Brasiliense, 1983.

BARBOSA, L. C. **Identidade e Branquidade: conflitos no universo infanto-juvenil**. In: XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Resumo. Santos. 2007. disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0906-1.pdf> .

BRASIL. **Lei 10.639/2003**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

CARVALHO, José Jorge de. **Racismo fenotípico e estéticas de segunda pele**. Revista Cinética, p.1-14, Fevereiro, 2008.

CLEMENTE, Aline Ferraz. **Tranças Afro—a cultura do cabelo subalterno**. Biblioteca Latino-Americana de Cultura e Comunicação, v. 1, n. 1, 2011.

DE OLIVEIRA, Luiz Fernandes. **História da África e dos africanos na escola: desafios políticos, epistemológicos e identitários para a formação dos professores de História**. Imperial Novo Milênio, 2012. DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Tempo, v. 12, p. 100-122, 2007.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: características gerais dos domicílios e dos moradores, 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6408>. Acesso em: 04/12/23

IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) - dados do 4º trimestre de 2019 e de 2021. Elaboração: DIEESE Obs.: Negras = Pretas + Pardas; Não-Negras = Brancas + Amarelas + Indígenas. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2022/trabalhoDomestico.html>. Acesso em: 04/12/23

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolo da identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Uma breve discussão**. In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei Federal no 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.



GOMES, Nilma Lino. **Cultura negra e educação**. Revista Brasileira de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, 2003.

GOMES, Nilma Lino. **Corpo e cabelo como ícones de construção da beleza e da identidade negra nos salões étnicos de Belo Horizonte**. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2002a.

GOMES, Nilma Lino. **Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural?**. Revista brasileira de Educação, p. 40-51, 2002b.

GUIMARÃES, A.S.A. **Raça e os estudos de relações raciais no Brasil**. Revista de Antropologia, vol. 47, n. 01, 1999, São Paulo: USP.

HOOKS, bell. **Mulheres negras: moldando a teoria feminista**. Revista Brasileira de Ciência Política, p. 193-210, 2015.

MATARAZZO, Cláudia. **Beleza 10: um guia de cuidados para todas as mulheres**. São Paulo: SENAC, 1998.

MOUTINHO, K., MEIRA, L., & DE CONTI, L. **Desenvolvimento e construção narrativa de sentidos de identidade**. In K. Moutinho, P. Villanchan-Lyra, & A. Santa-Clara (Eds.), *Novas tendências em Psicologia do Desenvolvimento: teoria, pesquisa e intervenção* (pp. 133-158), 2013. Recife: Editora Universitária UFPE.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: Usos e Sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude afro-brasileira: perspectivas e dificuldades**. Revista de antropologia, p. 109-117, 1990.

ROCHA, Ana Raquel Coelho; CASOTTI, Leticia Moreira. **Reflexões sobre o consumidor negro brasileiro**. Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, v. 11, n. 2, p. 47-62, 2017.

SOARES DA SILVA, Iraneide; COSTA DA ROCHA, Cristiana; DA CRUZ BISPO DE MIRANDA, José. **Breves Apontamentos Sobre a Institucionalização das Políticas Afirmativas na Universidade Estadual do Piauí: Experiências com as Bancas de Heteroidentificação**.

Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 13, n. Ed. Especial, p. 210-231, maio 2021. ISSN 2177-2770. Disponível em: <https://www.abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1245>. Acesso: 20/07/2023.

SOUZA, N. S. (1983). **Tornar-se negro** (2a ed.). Rio de Janeiro: Graal.

VALENTE, A. L. E. F. **Ser Negro no Brasil Hoje**. São Paulo: Moderno, 1994.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e palavra**. In L. S. Vigotski. *A construção do Pensamento e da Linguagem* São Paulo: Martins Fontes, 2001.

